

**A AÇÃO DO ESTADO NA CONTRAMÃO DA  
REALIZAÇÃO DO TRABALHO\***  
*LA ACCIÓN DEL ESTADO EM CONTRA DE LA  
REALIZACIÓN DEL TRABAJO*

**Raimunda Áurea Dias de Sousa\*\***

*aureasouza@hotmail.com*

**Alexandrina Luz Conceição\*\*\***

*aluz@oi.com.br*

**RESUMO:** Na medida em que o capitalismo avança, cresce a necessidade do trabalho e de um controle maior do trabalhador, pois sem eles não é possível a acumulação do capital. Nesse sentido, para a expansão integral do sistema é imprescindível a aliança entre capital-trabalho-Estado. Este último, se desenvolve com uma famosa ideologia administrativa e passa a organizar o trabalho de modo que seja possível o aumento da produção, tendo como essencial nesse processo a apropriação da natureza, sua transformação em necessidades do capital, mediante a divisão social do trabalho. Especialmente no campo, a ação do Estado se fundamenta no discurso do “desenvolvimento” como indispensável ao aumento da produção. E, como forma de possibilitar a acumulação capitalista, a terra passou a ser capturada pelo sistema, não exatamente a terra em si, mas sua renda. É com base nessa realidade que este estudo busca analisar as alterações do trabalho no campo, em especial nos Perímetros Irrigados - Polo Juazeiro/Petrolina, no momento em que a terra passa a ser capturada pelo capital.

**Palavras chave:** Estado, trabalho, terra.

**RESUMEN:** *A medida que avanza el capitalismo, también crece la necesidad de mano de obra y un mayor control sobre los trabajadores, porque sin ellos no es posible la acumulación de capital. En consecuencia, para la expansión completa del sistema es esencial la alianza entre el capital la mano de obra y el estado. Este último se desarrolla con una famosa ideología administrativa y comenzó a organizar el trabajo de manera que sea posible aumentar la producción, siendo esencial en este proceso, la apropiación de la naturaleza, su transformación en necesidades del capital a través de la división social del trabajo. Especialmente en el campo, la acción estatal se basa en el discurso de "desarrollo" como esencial para incrementar la producción. Y como forma de propiciar la acumulación capitalista, la tierra pasó a ser confiscada por el sistema, no la tierra exactamente, pero sus ingresos. Y es exactamente con base en esta realidad que este estudio pretende analizar los cambios del trabajo en el campo, especialmente en las zonas de regadío - Polo Juazeiro / Petrolina, en el momento cuando la tierra pasa a ser confiscada por el capital.*

**Palabras clave:** Estado, trabajo, tierra.

---

\* Este texto é produto de investigações, que estão sendo desenvolvidos para a tese de Doutorado, que tem como tema: “O Agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: território de produção de riqueza e da subtração da riqueza da produção”. É um trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa da UFS – Universidade Federal de Sergipe: **Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Re-ordenamentos Territoriais**, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alexandrina Luz Conceição.

\*\* Prof<sup>a</sup>. Assistente da UPE – Universidade de Pernambuco/Campus Petrolina. Doutoranda pela UFS – Universidade Federal de Sergipe.

\*\*\* Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> do NPGeo, Núcleo de Pós Graduação em Geografia da UFS – Universidade Federal de Sergipe. Coordena o Grupo de Pesquisa **Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Re-ordenamentos Territoriais**.

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse no debate sobre a aliança entre capital-trabalho-Estado que se estabelece na atualidade no campo brasileiro, em particular no Vale do São Francisco – Polo Juazeiro/Petrolina, assenta suas raízes no desenvolvimento do capitalismo que movido pelo aumento da produtividade para obtenção do lucro implanta a agricultura irrigada e com esta as alterações profundas nas relações de trabalho. Essa condição difere em essência da realidade camponês, que se estabelece na negação da racionalização da produção para troca, da produção regulada pela lei da valorização.

O capital priva a classe trabalhadora não somente dos bens que esta produz, mas de todos os objetos e instrumentos necessários para a produção. Com o objetivo da obtenção da acumulação o sistema produtivo do capital expande-se geograficamente em aliança com o Estado, por meio de políticas territoriais. O Estado beneficia parcerias público-privadas dotando as grandes corporações de infra-estrutura favorecendo a super acumulação. No Vale do São Francisco – Polo Juazeiro/Petrolina tal aliança tem sido

possibilitada pela expropriação do trabalho camponês e dos frutos do seu trabalho pela apropriação dos instrumentos indispensáveis a sobrevivência camponês: terra e água.

A modernização da agricultura implantada nos Perímetros Irrigados apropriou-se dos elementos necessários a vida do camponês, como forma de tornar o trabalho alienado. O que era finalidade básica do ser social, a busca de sua realização produtiva e improdutivo e pelo trabalho, transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho deixa de ser o da necessidade vital para ser de valorização do capital.

O que caracteriza a irracionalidade do sistema do capital, que tem como único objetivo a sua valorização, cujo fundamento é a exploração dos trabalhadores e o esgotamento dos recursos naturais

## 2. O ESTADO E O TRABALHO

A relação metabólica estabelecida pelo homem com a natureza se efetivou pelo trabalho como condição básica da existência humana e necessidade vital para reprodução dele como trabalhador. É, então, com base no trabalho que, ao

transformar a natureza, o ser humano transforma a si mesmo se faz um autêntico ser social; portanto, o trabalho cria o próprio homem, que passa a desenvolvê-lo como valor de uso, como realização do Ser.

O sentido do trabalho, como valor de uso, passa a ser alterado completamente no capitalismo, no momento em que se percebe que o trabalho contém valor, e que é possível, a partir dele, acumular a riqueza resultante da extração do trabalho excedente. A produção que antes era apropriada por quem produzia como garantia de sua vida, passa a ser controlada pelos capitalistas e trocada não por outros produtos que contenham valores de uso, mas que, no mercado, tenham somente valor de troca. Nesse sentido, o trabalho passa a ser cruelmente sujeitado à predominante tirania condicionadora do mercado.

As alterações ocorridas no universo do trabalho foram e continuam sendo necessárias a reprodução capitalista não isoladamente, porque o êxito não seria satisfatório. Para a expansão integral do sistema, é imprescindível a aliança entre capital-trabalho-Estado. Como todo Estado anterior, sua função social central está no controle em favor da

classe dominante, o que significa que, na sociedade capitalista, ele se torna o controlador do capital privado incapaz de se fazer por si.

Para Smith (1984), com a divisão da sociedade em classes, o Estado surge historicamente como meio de controle político e tem por função administrar tal sociedade de acordo com os interesses da classe dominante.

Engels (1975), ao analisar a respeito da formação do Estado, explica que o mesmo nasceu da necessidade de conter o antagonismo entre as classes e, como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas. Dessa feita, o Estado antigo foi, sobretudo, o dos senhores de escravos para manter os mesmos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Para o autor, o Estado é um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento.

É, pois, essa necessidade expansiva do capital de obter ganhos a partir do controle do trabalho e dos trabalhadores que o Estado se desenvolve com uma

famosa ideologia administrativa, valendo-se de profundas aspirações consensuais entre as classes. De acordo com Mészáros (2007), o Estado se constitui a partir de uma ideologia administrativa, porque a idéia de dominar a sociedade por meio de algum tipo de “consenso”, em vez da imposição cruel das relações de poder estabelecidas para subjugar a oposição de classe, não é algo que ocorre somente no tempo atual; vem desde sua origem e, para se estabelecer, necessita de uma ideologia, que, segundo o autor, não pode ser superada nas sociedades de classe.

Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. (p.63)

Pela repressão ideológica e econômica em conjunto com outros meios sociais, Smith (1984) esclarece que o Estado dirige amplamente a supressão das sociedades pré-capitalistas e a repressão das classes trabalhadoras artesanais, ao mesmo tempo em que assegura as condições necessárias à

acumulação. Conforme o autor, o Estado apressa e decide a firme expansão do capitalismo.

A verdade é que, em nossas sociedades, de acordo com Mészáros (2007), tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não. Além disso, segundo o autor, em nossa cultura liberal-conservadora, o sistema ideológico, socialmente estabelecido e dominante, funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica”.

Com essa ideologia, o Estado passa a organizar o trabalho de modo que seja possível o aumento da produção, tendo como essencial nesse processo a apropriação da natureza, sua transformação em necessidades do capital, mediante a divisão social do trabalho. A efetivação do trabalho que se dá no capitalismo, resulta na objetivação de um produto, que é estranho ao trabalhador porque ele perde completamente o controle do que pensa e faz, portanto, ao invés da realização, o trabalho passa a ser o da desrealização, alienado. Benjamim

(1989) faz uma crítica ao capitalismo e às relações de trabalho oriundas do sistema, afirmando que, na linha de montagem de uma determinada fábrica, não interessa a experiência do operário, eles são separados em trabalhadores especializados e em não especializados, sendo que este último é mais profundamente degradado pelo condicionamento imposto pela máquina. O exercício de operar uma máquina constitui somente em repetições. Dessa forma, o trabalhador precisa somente de um treinamento e não de formação, porque pensar atrapalha o processo produtivo. Para o autor, o trabalho desenvolvido dessa maneira não enriquece, não é uma experiência aperfeiçoada pelo tempo; é somente a repetição do tempo.

As marcas do controle do trabalho, para assegurar o lucro, foram aprimoradas no período do taylorismo/fordismo que vigorou ao longo de praticamente todo século XX. Esse padrão produtivo, segundo Antunes (2006), centrava-se na produção em massa de mercadorias e estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja

somatória resultava no trabalho coletivo. A conversão do trabalho em apêndice da máquina ferramenta dotava o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. A mais valia, extraída extensivamente pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevalente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais valia. Estava, então, consolidada, de acordo com o autor, a subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria.

Esse momento histórico se distinguia por desenvolver uma linha rígida de produção de modo que articulasse os diferentes tipos de trabalho, mesclando o controle rigoroso do tempo taylorista com a produção em massa fordista. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva porque havia uma separação nítida entre a elaboração e execução. O referido modelo de produção expandiu-se por todos os EUA e, depois, para os principais países capitalistas e abarcou, também, o setor de serviços.

Com o avanço crescente do capitalismo e esse aparente controle do trabalhador, assim como a ilusão de que o sistema do metabolismo social do

capital pudesse ser efetivo, duradouro e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado, as contradições inerentes à expansão capitalista surgiram, principalmente pelas crises provenientes das contradições do próprio sistema como em 1929. Nessa ocasião a ação do Estado foi imprescindível no sentido de disponibilizar recursos para que o capitalismo continuasse a se desenvolver. Harvey (2008) explica que o Estado assume uma variedade de obrigações. “Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias [...]” (p.129).

O autor destaca que nesse período, conhecido como keynesianismo, as políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc., vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que, também, garantiam um emprego relativamente pleno. Necessitou-se,

ainda, de que os governos fornecessem um forte complemento ao salário social, com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção.

O papel, cada vez maior, assumido pelo Estado – sem o qual o sistema do capital não poderia sobreviver hoje em nossas sociedades, não foi suficiente para esconder as limitações próprias do sistema. Enquanto o Estado se constituía como *welfare-state* oferecendo inúmeras vantagens aos trabalhadores como forma de conter a classe e de dominar as entidades representativas de modo que se tornassem dependentes dele, o capitalismo, de forma ilusória, apresentava-se como a mais promissora saída para emancipação da classe trabalhadora melhorar de vida do que o socialismo.

Mészáros (2002) aponta que o Estado moderno possui um papel essencial.

Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e

reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. (p.110).

O novo modelo de acumulação capitalista, chamado de toyotismo, requer um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de maior “realização no espaço do trabalho”. Segundo Harvey (2008), esse momento de acumulação flexível se caracteriza “pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. (p.140). O trabalhador de acordo com o autor é aquele adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel.

Esse período é marcado pela não necessidade de muitos trabalhadores nas empresas, necessitando apenas de um núcleo central relativamente pequeno de trabalhadores e outro periférico, ou seja, com alta taxa de rotatividade de empregados. Para o sistema do capital, esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a

flexibilidade pode, às vezes, ser mutuamente benéfica. A atual tendência dos mercados, de acordo com Harvey (2008), “é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos, quando as coisas ficam ruins”. (p. 144). Essa forma de trabalho tornou ainda mais difícil a organização dos trabalhadores e mais fácil sua exploração. “A condição material necessária para afirmar com sucesso o imperativo estrutural expansionista do capital é a constante extração do trabalho excedente de uma forma ou de outra, de acordo com as mudanças das circunstâncias históricas”. (MÉSZÁROS, 2002 p. 120).

A eficiência ilusória do sistema está no redesenho das formas de extração do excedente do trabalho. Nesse sentido, o uso intenso da tecnologia, a combinação do trabalho em equipe, o controle das entidades representativas dos trabalhadores, significam para o sistema do capital a obtenção do lucro, mediante a produção de uma mercadoria, dotada de “qualidade total”, porém, com tempo de vida reduzido, mas que possa atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor. Ou seja, significa

para o capital a garantia da reprodução ampliada.

Para assegurar ainda mais a lucratividade, o sistema do capital sentiu a necessidade de alcançar outros mercados. Para isso, o capital personalizado na ação do Estado utiliza-se do discurso de combate à pobreza para apropriar-se do espaço urbano e rural nos países considerados subdesenvolvidos. A viabilização à lógica expansionista via políticas públicas é o canal de ligação entre capital-trabalho-Estado, conseqüentemente a garantia do lucro.

A reestruturação produtiva do capital que ocorreu na cidade alterou completamente o universo do trabalho, tornando o mesmo cada vez mais difícil e retomando antigas relações com a volta do trabalho escravo.

### 3. A REALIDADE DO TRABALHO NO CAMPO

No espaço rural, esse novo modelo, chega também, de forma perversa e destrutiva de acordo com a tendência expansionista do sistema. Contudo, a fetichização da globalização atinge o campo se fundamentando nos discursos

do “desenvolvimento” como indispensável ao aumento da produção. E, como forma de possibilitar a acumulação capitalista, a terra passou a ser capturada pelo sistema, não exatamente a terra em si, mas sua renda.

Nesse sentido, para que a terra passe a render lucro, é preciso fortalecer a aliança entre capital-trabalho-Estado de modo assegurar a territorialização do capital ou, simplesmente, a monopolização da terra mediante ação “eficiente” do Estado. A terra deixa de ser a condição da autonomia camponesa, para ser a terra de exploração desse mesmo camponês, que, desapropriado ou subordinado à lógica capitalista submete-se a realizar um trabalho que não é mais o valor de uso, realização e sim da desrealização.

Sem a terra, ou mesmo sem condições de produzir, o capital cria a mobilidade do trabalho, pois, com esse tipo de desenvolvimento capitalista, a produção e reprodução do capital estão num lugar; e a reprodução da força de trabalho está fundamentalmente em outro lugar, portanto, a reprodução da força de trabalho está parcialmente separada da produção e da reprodução do capital. Martins (1988) explica que o fenômeno típico dessa separação e da

criação de espaços distintos para o trabalho de reprodução da força de trabalho e para a produção e reprodução do capital é o deslocamento da produção de gêneros alimentícios indispensável à sobrevivência para áreas e solos em que a renda fundiária é mais baixa, enquanto as terras férteis, as grandes propriedades de renda fundiária alta foram ocupadas exclusivamente para artigos exportáveis como: soja, café, cana e no Vale do São Francisco – uva, manga, limão etc. Conforme o autor,

[...] a mediação da renda fundiária que está no centro dos fatores que promovem a separação entre o lugar da produção dos meios de vida que assume a forma de capital variável, necessários à reprodução do trabalhador, e o lugar de produção e reprodução do capital. É por esse meio que se estabelece o divórcio entre o lugar de materialização de uma parte importante do tempo de trabalho necessário à reprodução de quem trabalha e o tempo de trabalho excedente. (p.57).

Em sua análise a respeito da mobilidade do trabalho, Gaudemar (1977) esclarece que o espaço tem duas dimensões: na primeira, ele se estende ao trabalho, ou seja, aquele em que a força de trabalho cria tanto os meios para deslocamento das mercadorias, incluindo ela própria, como os meios necessários à

sua existência; na segunda, é o espaço em que o processo de trabalho se executa. Dessa forma, ao produzir o espaço para troca, o capital impõe a mobilidade, pois, segundo o autor, “o trabalho constituído em força de trabalho, por compra do capitalista, perde sua autonomia. Funciona, a partir de então a serviço do capital”. (p.229).

A força de trabalho conquista o espaço, pelo seu exercício, apenas para o uso do capital. O seu próprio espaço de desenvolvimento, o seu próprio espaço de atividade, é limitado ao campo da sua exploração pelo capital no interior dos limites que lhe concede (limites físicos da oficina cooperativa), ao mesmo tempo que permite ao capital dominar o espaço. (p.229).

A separação da produção e reprodução do capital da reprodução da força de trabalho implica em divorciar o tempo de produção do espaço da produção. Nesse sentido, a política do agro-hidronegócio, efetivado no Vale do São Francisco pelo Estado a partir da criação dos Perímetros Irrigados<sup>1</sup>, tem

<sup>1</sup> De acordo com Nys, et al (2005) os Perímetros Irrigados são definidos como complexos que associam um recurso de água, equipamentos hidráulicos, aspectos fundiários e atores.

Para a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba) os Perímetros

permitido que, no espaço transformado em território, se materialize a força de trabalho gerada fora do circuito do capital como trabalho para o capital e, durante o processo de produção, o tempo é tão somente aquele da reprodução do capital, da produção de mais valia. Esse aparente emprego cria uma ilusão, uma alienação, singular nesse trabalhador expulso da cidade e, também, naquele que tem dificuldade de se reproduzir como camponês em suas próprias terras ou porque perderam a terra.

A destruição progressiva dos laços familiares, a incorporação crescente

---

Irrigados podem ser conceituados como áreas extensas, que permitem o desenvolvimento e o plantio de várias culturas, como uva, manga, acerola e outras.

Disponível em:  
[http://www.codevasf.gov.br/galeria/2006/05\\_setembro/60450011.jpg/view](http://www.codevasf.gov.br/galeria/2006/05_setembro/60450011.jpg/view). Acesso em 26.10.10

Em Juazeiro-BA, foram implantados os seguintes Perímetros nos anos de 1970: Mandacaru, Maniçoba, Tourão e, em 1998, com previsão de término em 2015, o projeto Salitre, uma obra de grande porte, com alto nível de modernização para a irrigação. Em Petrolina-PE, de acordo com Sousa (2006), foram criados nos anos de 1990: os projetos Pontal Sobradinho, Pontal Norte, Pontal Sul, que, embora com toda a estrutura montada, ainda se encontram sem funcionamento. Os Projetos Bebedouro 1968 e Senador Nilo, em 1985, entre todos, são os que evidenciam o sucesso do planejamento elaborado e concretizado pelo Estado. (SOUSA, 2006)

da criança ao trabalho produtivo, a doença, a pobreza, o analfabetismo, etc., não aparecem como resultados da exploração do trabalho pelo capital, mas como insuficiências do trabalho agrícola autônomo, como produto da própria condição camponesa. As coisas aparecem invertidas: o trabalho agrícola permite a mera subsistência, a mera reprodução; o assalariamento sazonal cria a possibilidade do supérfluo. (MARTINS. 1988 p. 58).

A pobreza na palavra desses migrantes, segundo Martins (1988) não aparece como produto da exploração do capital, mas como produto do trabalho e trabalho camponês. Esse entendimento confirma a necessidade da ideologia. Na verdade, de acordo com Mészáros (2007) a ideologia é inevitável enquanto continuar sendo necessário “vencer os conflitos”, que continuam a surgir dos interesses inconciliáveis das forças hegemônicas alternativas, que se enfrentam na nossa atual ordem social de dominação e subordinação estrutural.

O ato de migrar, como ato de “liberdade” encobre uma ideologia cujo objetivo é a extração do excedente. Em cada um dos momentos, como camponês e como assalariado, e na unidade de ambos, como migrante temporário, o trabalhador passa por uma socialização específica – ele se

insere em estruturas sociais imediatas contraditórias entre si.

Quando possui a posse da terra, mesmo com dificuldades, o trabalho camponês está baseado na produção direta dos meios de vida. Esses, na área de pequena produção nos Perímetros, são obtidos indiretamente. No momento em que o excedente<sup>2</sup> não garante a reprodução da família, a migração passa a ser inevitável, assim também quando ele perde completamente a terra. No lugar de destino, suas relações são mediatizadas pelo dinheiro e é por meio dele que elas adquirem um caráter social. Dessa forma, quando ele tem autonomia em sua terra, as relações são concretas, há o domínio do processo de trabalho; no assalariamento, as relações são abstratas, o trabalho é somente abstrato, pois ele é dominado pelo processo de trabalho.

Nos Perímetros Irrigados, as áreas destinadas à pequena produção são ocupadas por cultivos impostos pelo capital como: goiaba, acerola, etc. Todavia, esses cultivos vão para o

mercado e os ganhos obtidos são destinados à manutenção da área irrigada e a outra é trocada por produtos essenciais a sua reprodução como trabalhador agrícola, tais como: feijão, arroz, milho etc. Nesse caso, a produção dos meios de vida ocorre indiretamente e não diretamente. As relações sociais e as concepções do trabalhador não estão dominadas pelo tempo cíclico e ritmado da natureza como na agricultura camponesa e sim no alto custo de sustentação da área irrigada e nos baixos preços pagos pelos seus produtos. A migração dos jovens, filhos desses trabalhadores acaba sendo inevitável. Os mesmos acabam se tornando trabalhadores assalariados nas áreas de empresa dentro do mesmo Perímetro. No assalariamento, segundo Martins (1988), “o trabalhador migrante está dominado pelo tempo linear do capital, contínuo, freqüentemente sem distinções entre o dia e a noite, o sol e a chuva, o trabalho e o descanso”. (p. 59).

O trabalho nos Perímetros, com a modernização da agricultura tornou-se assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado. Aquilo, que era finalidade básica do ser social, a busca de sua realização produtiva e improdutiva no e pelo trabalho, transfigura-se e se

---

<sup>2</sup> Martins (2003) ilustra que a existência do camponês se define pelo produto excedente em relação aos meios de vida produzidos diretamente por ele. Ao contrário do operário que tem sua existência definida pelo trabalho excedente.

transforma. O processo de trabalho não é mais realização, mas meio de subsistência e a força de trabalho passa a ser uma mercadoria, cujo objetivo é a valorização do capital.

Para Mészáros (2002), a finalidade essencial das transformações ocorridas no sistema de produção, que afetaram profundamente o universo do trabalho, é tão somente a de expandir constantemente o valor de troca, ao qual os demais – desde as mais básicas e mais íntimas necessidades do indivíduos até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais, devem estar estritamente subordinadas. O advento disso corresponde a um período histórico específico em que, segundo o autor, os apologistas do modo estabelecido de reprodução sociometabólico continuam a fantasiar sobre a nossa “sociedade pós-industrial”, descartando perversamente as condições absolutas da sobrevivência humana como retrocesso histórico.

No processo de expansão do sistema do capital, tenta-se esconder o fato de que, em qualquer circunstância, as condições da reprodução social só podem ser garantidas pela mediação necessária da atividade produtiva, que não somente, em nossa própria era, mas

enquanto a humanidade sobreviver, é inseparável da atividade produtiva industrial altamente organizada. Nesse sentido, conforme Mészáros, as mediações primárias – primeira ordem – aquelas em que os seres humanos, enquanto parte da natureza, interagem com ela e entre eles, mediante o trabalho para satisfazer suas necessidades vitais, estão sendo destruídas por uma ordem imposta pelo capital, chamada pelo autor de segunda ordem das mediações. Antunes (2006) explica que o surgimento dessa ordem se dá pela separação do valor de uso pelo valor troca, subordinando o primeiro ao segundo. Dentro desse contexto, Mészáros (2002 p. 189) explana que o sistema do capital,

[...] é um sistema claramente inidentificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social, das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte, à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico.

O sistema de mediação de segunda ordem tem um núcleo constitutivo

formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, sendo que essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente inter-relacionadas, para poder introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico. Assim, a família nuclear, o trabalho, as necessidades humanas, o Estado estão todos subordinados ao capital para assegurar sua reprodução. “O poder do capital é exercido como uma verdadeira força opressora em nossa era graças à rede estreitamente entrelaçada de suas mediações de segunda ordem [...]”. (MÉSZÁROS 2002 p. 199). Estas foram sendo fundidas durante a consolidação do conjunto do sistema, produzindo, assim, um imenso poder sistêmico de discriminação em favor do modo de intercâmbio reprodutor do capital contra todas as possibilidades contrárias de controle sociometabólico.

O Estado, por sua vez, desempenha um papel fundamental na reprodução do capital, quando assegura sua lucratividade implantando políticas públicas com recursos provenientes do Banco Mundial, seja na cidade ou no campo, como forma de explorar os trabalhadores, subordinando o trabalho às suas prerrogativas. Desse modo, a

ação do Estado possibilita que o trabalho seja livre para o capital e não livre dele.

#### 4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Atualmente, o Vale do São Francisco, em particular o Polo Juazeiro/Petrolina convive com um modelo de agricultura, que não foi escolhido pelos camponeses, pelos pequenos produtores e nem a eles pertencem. A agricultura irrigada foi pensada e concretizada para atender aos interesses do capital que, movido pela necessidade do lucro, chega ao campo e se impõe como hegemônica, determinando a adoção de formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia da preponderância da organização familiar do trabalho.

Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, o camponês historicamente é condenado ao desaparecimento, à proletarização, à transformação em operário, pois o capital, ao penetrar no espaço rural, procura separar sujeito do objeto para convertê-lo em força de trabalho. Essa é

a essência do capitalismo que, aparentemente, está presente em todo espaço rural, seja em Juazeiro ou Petrolina, quando se percorre qualquer direção e presenciam-se grandes extensões de terra dotada de tecnologia coberto por fruticultura, que não é produção campestre; é mercadoria que contém valor de troca produzida por trabalhadores expulsos da terra ou por pequenos produtores donos da terra.

O domínio do capital por todas as partes do planeta, seja na cidade ou no campo, como os capitalistas desejam não tem ocorrido, por mais que tenha se valido das mais diferentes estratégias. No espaço rural, o nível de expropriação foi tão longe que acabou produzindo um fato político, que é a resistência contra a exclusão gerada pela agricultura irrigada no Vale.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BENJAMIN, Valter. **Charles Baudelaire – um lírico no auge do capitalismo**. Tradução José Martins Baebosa, Hemerson Alves Baptista, 1. ed. São Paulo: Editora

Brasiliense, 1989 (obras escolhidas; v. 3).

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1975.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa – Portugal: Editora Estampa, 1977.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para Plantar neste Verão**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1988.

MÉSZÁROS, Istv. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NYS, Erwin De et al. **Um procedimento de Consultoria para melhorar a Gestão do Perímetros Irrigados Coletivos do Nortes Brasileiro**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 365-380, maio/ago. 2005.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertand Brasil S.A, 1984.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias. **O Processo de Expansão do Capitalismo no Campo, o Agronegócio e a Resistência da Unidade de Produção Familiar: O Caso do Projeto Senador Nilo Coelho – Petrolina PE**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

SOUZA, R. A. D. de. CONCEIÇÃO, A. L. A ação do estado na contramão da realização do trabalho. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 11, n. 2, 31 dezembro 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada112/02RAIMUNDA1102.pdf>>. Acesso em: \_\_. \_\_. 20\_\_.